



**ANTT** AGÊNCIA NACIONAL DE  
TRANSPORTES TERRESTRES

CONCURSO PÚBLICO **2013**

Nível Superior  
**MANHÃ**

### LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Ao receber este caderno de provas, confira inicialmente se os seus dados pessoais e os dados do cargo/área a que você concorre, transcritos acima, estão corretos e coincidem com o que está registrado na sua folha de respostas e na sua folha de texto definitivo da prova discursiva. Confira, também, o seu nome em cada página numerada do seu caderno de provas. Em seguida, verifique se ele contém a quantidade de itens indicada em sua folha de respostas, correspondentes às provas objetivas, e a prova discursiva, acompanhada de espaço para rascunho, de uso opcional. Caso o caderno esteja incompleto, tenha qualquer defeito ou apresente discordância quanto aos seus dados pessoais ou aos dados relativos ao cargo/área a que você concorre, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores nesse sentido.
- 2 Quando autorizado pelo chefe de sala, no momento da identificação, escreva no espaço apropriado da sua folha de respostas, com a sua caligrafia usual, a seguinte frase:

Conforme previsto em edital, o descumprimento dessa instrução implicará a anulação das suas provas e a sua eliminação do concurso.

- 3 Não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização de fiscal de sala.
- 4 Não serão distribuídas folhas suplementares para rascunho nem para texto definitivo da prova discursiva.
- 5 Na duração das provas, está incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas —, ao preenchimento da folha de respostas e à transcrição do texto da prova discursiva para a respectiva folha de texto definitivo.
- 6 Ao terminar as provas, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua folha de respostas e a sua folha de texto definitivo da prova discursiva e deixe o local de provas.
- 7 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em edital, no presente caderno, na folha de respostas ou na folha de texto definitivo da prova discursiva poderá implicar a anulação das suas provas.

### CADERNO DE PROVAS OBJETIVAS E DISCURSIVA

#### OBSERVAÇÕES

Não serão conhecidos recursos em desacordo com o estabelecido em edital. É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

#### INFORMAÇÕES ADICIONAIS

0(XX) 61 3448-0100  
www.cespe.unb.br  
sac@cespe.unb.br

 **cespeUnB**  
Centro de Seleção e de Promoção de Eventos

De acordo com o comando a que cada um dos itens a seguir se refira, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **folha de respostas**, único documento válido para a correção das suas provas objetivas.

## CONHECIMENTOS BÁSICOS

1 Por mais de três décadas, a história da implantação da  
infraestrutura rodoviária no Brasil foi um caso de sucesso. Com  
a concessão da autonomia administrativa e financeira para o  
4 DNER, a partir de 1945, e a criação do Fundo Rodoviário  
Nacional (FRN) com recursos gerados pelo imposto único  
sobre combustíveis e lubrificantes, o subsetor passou a dispor  
7 de um aparato organizacional e de financiamento de longo  
prazo com recursos a fundo perdido para a construção da  
infraestrutura rodoviária no país. Posteriormente, com a  
10 instituição do sistema DNER-DERS e o estabelecimento da  
forma de distribuição do FRN entre a União, os estados e os  
municípios, os três níveis de governo foram dotados com  
13 recursos financeiros e organizacionais para a execução do  
plano rodoviário nacional. Tais políticas proporcionaram, de  
forma excepcional, a ampliação da malha rodoviária do país.

16 Porém, no início da década de 80, com a crise do  
modelo nacional desenvolvimentista, começou a se  
desconstruir, de forma gradual, o esquema de financiamento  
existente. Os recursos vinculados ao FRN foram  
19 progressivamente transferidos para o Fundo Nacional de  
Desenvolvimento (criado em 1974) e, em 1982, as vinculações  
de recursos para infraestrutura rodoviária foram extintas. Por  
fim, a Constituição Federal de 1988 vedou a vinculação de  
22 impostos a órgãos, fundos ou despesas predeterminadas. Para  
se ter ideia do que isso significou, se os investimentos anuais  
feitos nas rodovias na década de 70 foram sempre superiores  
a 1% do produto interno bruto, estes alcançaram quase 0,2% ao  
25 final dos anos 90.

Alexandre de Ávila Gomide. A política das reformas institucionais no  
Brasil: a reestruturação do setor de transportes. Internet:  
<<http://bibliotecadigital.fgv.br>> (com adaptações).

Com base nas ideias e na estrutura linguística do texto acima, julgue os itens a seguir.

- 1 A autonomia administrativa e financeira do DNER e a criação do FRN tiveram início em 1945.
- 2 A partir da década de 80, teve início a crise nacional desenvolvimentista que se estendeu até o início do século XXI e que acarretou prejuízos consideráveis ao setor rodoviário do Brasil.
- 3 A expressão “começou a se desconstruir” (ℓ.17-18) apresenta sujeito indeterminado pelo pronome “se” e tem como complemento o objeto “o esquema de financiamento existente” (ℓ.18-19).
- 4 O período “Tais políticas (...) do país” (ℓ.14-15) poderia ser reescrito, com manutenção das ideias originais e preservação da correção gramatical, da seguinte forma: Com relação às políticas adotadas, proporcionaram, de forma excepcional, a ampliação da malha rodoviária do país.
- 5 O texto em questão é predominantemente dissertativo-argumentativo, uma vez que defende a ideia de que a história da implantação da infraestrutura rodoviária brasileira foi bem-sucedida.

1 É inegável que a política de estímulo ao transporte  
individual motorizado é absolutamente insustentável, tanto pelo  
uso de recursos naturais quanto pela geração de poluição e pela  
4 crescente inviabilização dos deslocamentos urbanos.

Não são necessárias muitas considerações para se  
constatar o óbvio: os engarrafamentos quase permanentes em  
7 cidades como Rio de Janeiro e São Paulo provocaram, nos  
últimos anos, uma queda vertiginosa na velocidade média de  
suas ruas. Não apenas a lentidão irritante do tráfego urbano,  
10 a par da escassez de vagas, provoca desperdício de petróleo,  
um recurso natural não renovável, e aumento na quantidade de  
horas de trabalho perdidas no trânsito, como a poluição  
13 decorrente desses fatos causa um número cada vez maior de  
casos de doenças respiratórias, sem falar nos problemas  
psíquicos. Os prejuízos são, ao mesmo tempo, sociais,  
16 ambientais e econômicos (embora alguns setores sempre  
lucrem com o caos).

Com a moeda estável e financiamentos em até 72  
19 meses, as classes ascendentes podem realizar suas aspirações  
de possuir um carro novo. Certo, elas também têm direito a um  
carro e, além disso, tal poder de compra “é um sinal de  
progresso social e econômico”, como tanto se ouve falar. No  
entanto, essa forma superficial de encarar a questão esconde  
22 que, na verdade, não há progresso algum, nem para a  
sociedade, como um todo, nem para o feliz possuidor do carro  
25 novo.

É indispensável que a sociedade tome consciência de  
28 que o transporte individual nas cidades é incompatível com  
uma boa qualidade de vida. É importante que se renuncie à  
ideia falsa de conforto que o automóvel proporciona e ao seu  
uso como mero símbolo de *status*. Somente modos de  
31 transporte de massa, ou seja, os movidos à energia elétrica,  
como trens e metrô, podem resolver tais problemas.

Planejamento urbano de qualidade é igualmente  
34 indispensável. Isso significa, entre outras medidas, concentrar  
serviços próximos ou entremeados com áreas residenciais, para  
que se reduza a necessidade de deslocamentos; permitir  
37 escritórios de baixa movimentação de pessoas em áreas  
meramente residenciais; incentivar a implantação de escolas  
de qualidade em todos os bairros; descentralizar os polos de  
40 negócio, de comércio e de finanças. Quanto mais tempo  
levarmos para a adoção dessas medidas, mais cara, demorada  
e dolorosa será a tentativa de reverter a tendência de colapso  
43 no sistema de transporte urbano.

Carlos Gabaglia Penna. Transporte e meio ambiente.  
Internet: <<http://www.oeco.org.br>> (com adaptações).

Com base nas ideias e na estrutura do texto acima, julgue os itens de 6 a 12.

- 6 Para que haja resolução, ainda que parcial, do problema de transporte de pessoas nas cidades, o ponto de partida é a iniciativa governamental, uma vez que a solução da questão envolve planejamento urbano.
- 7 De acordo com o texto, o número cada vez maior de carros nas ruas traz prejuízos para a sociedade.

- 8 Ao empregar a expressão “tais problemas” (ℓ.33), o autor faz referência aos fenômenos citados no segundo parágrafo do texto.
- 9 O emprego da vírgula utilizada logo após o nome “medidas” (ℓ.35) é obrigatório.
- 10 A substituição da expressão “Não são necessárias” (ℓ.5) por **Não é necessário** prejudicaria a correção do texto.
- 11 No texto, a expressão “a par de”, em “a par da escassez de vagas” (ℓ.10), dá ideia de concomitância entre “lentidão irritante do tráfego” (ℓ.9) e “escassez de vagas” (ℓ.10).
- 12 Os termos “desperdício de petróleo” (ℓ.10), “aumento na quantidade de horas de trabalho perdidas no trânsito” (ℓ.11-12) e “a poluição decorrente desses fatos” (ℓ.12-13) exercem a mesma função na oração de que fazem parte, visto que complementam a forma verbal “provoca” (ℓ.10).

No que se refere a aspectos gerais das correspondências oficiais, julgue os itens que se seguem de acordo com o **Manual de Redação da Presidência da República** (MRPR).

- 13 Embora sejam modalidades de comunicação oficial praticamente idênticas, ofício e aviso diferenciam-se pelo fato de que o aviso é expedido exclusivamente por ministros de Estado, para autoridades de mesma hierarquia, enquanto o ofício é expedido pelas demais autoridades. Ambos destinam-se ao tratamento de assuntos oficiais pelos órgãos da administração pública entre si e, no caso do ofício, também com particulares.
- 14 Quanto mais distantes, hierarquicamente, estiverem o remetente e o destinatário de uma comunicação oficial, maior deverá ser o nível de formalidade empregado na correspondência.
- 15 Em uma correspondência encaminhada ao ministro dos Transportes, o destinatário deve ser chamado pelo vocativo “Senhor Ministro” e, no envelope de endereçamento, deve ser referido pela forma de tratamento “A Sua Excelência o Senhor”.

De acordo com o MRPR, a redação oficial deve caracterizar-se por impessoalidade, uso do padrão culto de linguagem, clareza, concisão, formalidade e uniformidade. Tendo como base esses requisitos, julgue os próximos itens conforme a adequação do texto a um documento oficial.

- 16 Senhor Secretário,  
Ratificamos mensagem anterior, acerca do transporte de carga, e lembramos que os procedimentos para transporte de materiais perigosos deve considerar e obedecer à legislação vigente no país, que estabelece normas a serem seguidas e punições a quem desrespeitá-las.  
Atenciosamente,  
Maria da Paz  
Subsecretária de Assuntos Administrativos
- 17 Solicitamos a inclusão do funcionário Joaquim Alves Braga e de seus dependentes na lista de beneficiários do plano de saúde. A documentação necessária para usufruto desse benefício encontra-se em anexo.

O almoxarifado da ANTT comunicou à autoridade superior do órgão a necessidade de aquisição de materiais de escritório, tais como canetas, lápis e papel, e, depois de autorizada a contratação, o procedimento foi encaminhado ao setor de contratações do órgão, para a realização de licitação.

A partir dessa situação hipotética, julgue os itens a seguir.

- 18 Se, depois de realizada pesquisa de preços de mercado, verificar-se que o valor da contratação é inferior a R\$ 8.000,00, a administração poderá dispensar a licitação e celebrar um contrato diretamente com o fornecedor de sua escolha.
- 19 É vedado estabelecer-se na licitação margem de preferência para produtos nacionais, em detrimento de produtos fabricados em outros países, em observância ao princípio da isonomia.
- 20 O setor competente para a elaboração da licitação em apreço poderá delegar a outro órgão parte de sua competência, ainda que este não lhe seja hierarquicamente subordinado, desde que fundamentado em circunstâncias de índole técnica, social, econômica, jurídica ou territorial.
- 21 Caso os padrões de desempenho e qualidade dos bens a serem adquiridos sejam objetivamente definidos pelo edital, a licitação para a contratação dos bens deverá ser realizada pela modalidade pregão.

Em razão de falhas na prestação do serviço de conservação e operação de rodovia federal, a ANTT aplicou multa à concessionária exploradora do serviço, a qual, contudo, permaneceu prestando o serviço de forma inadequada, descumprindo diversas obrigações estabelecidas no contrato de concessão.

Considerando a situação hipotética acima apresentada, julgue os itens seguintes.

- 22 A concessionária tem o dever de prestar aos usuários o serviço adequado, entendido como aquele que satisfaz as condições de segurança, generalidade, cortesia na sua prestação e modicidade das tarifas, estando de acordo com as condições estabelecidas em legislação.
- 23 O referido serviço público poderia ser prestado diretamente pelo poder público ou por terceiros, mediante concessão, permissão e licença.
- 24 A multa aplicada à empresa concessionária é um exemplo de ato administrativo imperativo com presunção de legitimidade e veracidade.

Acerca dos direitos e das garantias fundamentais previstos na Constituição Federal de 1988 (CF), julgue os itens subsequentes.

- 25 Aquele que, integrando grupo armado civil, praticar atos contra a ordem constitucional incidirá em crime inafiançável e imprescritível.
- 26 Os direitos e as garantias fundamentais previstos na CF são ilimitados, não podendo haver limites para a sua aplicação, uma vez que eles são considerados normas constitucionais.

A respeito da aplicabilidade das normas constitucionais, julgue os itens a seguir.

- 27 Um exemplo de norma constitucional programática é a relativa à elaboração e execução de planos nacionais e regionais de ordenação do território e de desenvolvimento econômico e social.
- 28 De acordo com interpretação doutrinária do direito constitucional, normas de eficácia limitada são aquelas que apresentam aplicabilidade indireta e reduzida, porque somente incidem totalmente após normatividade posterior que lhes dê aplicabilidade.

À luz da CF, julgue os próximos itens, referentes à administração pública e ao processo legislativo.

- 29 O servidor público da administração direta que for investido no mandato de prefeito e passar a exercer o mandato eletivo deverá ser afastado do cargo e optar pela sua remuneração.
- 30 A matéria constante de projeto de emenda à CF rejeitada ou havida por prejudicada pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa, desde que subscrita por um terço, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal.
- 31 Apesar de previsto em editais de concursos públicos para o preenchimento de vagas referentes a empregos e cargos públicos, o percentual de vagas para as pessoas portadoras de deficiência não está garantido na CF.

Com relação à ética profissional do servidor público do Poder Executivo e ao Código de Ética da ANTT, julgue os itens que se seguem.

- 32 O servidor da ANTT pode indicar um profissional autônomo para intermediar assuntos de interesse de determinadas pessoas junto a essa agência, sem que tal conduta configure comprometimento ético.
- 33 Determinado servidor público que sempre trabalhou em harmonia com a estrutura organizacional, respeitando seus colegas e cada concidadão, deixou de utilizar avanços técnicos que estavam ao seu alcance no exercício de sua função. Nessa situação hipotética, não está configurada nenhuma conduta vedada pelo Código de Ética do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, já que o servidor não deixou de cumprir suas obrigações legais.

Julgue o próximo item, relativo ao regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais.

- 34 Considere que determinado servidor público federal, pelo mesmo fato praticado, tenha respondido a processos criminal e administrativo e que tenha sido absolvido no primeiro, mediante sentença que afastou a sua autoria; e condenado no segundo, mediante a aplicação da penalidade de suspensão. Nessa situação, a decisão administrativa é regular, já que a decisão proferida no processo criminal não interfere na responsabilização do servidor na esfera administrativa.

No que se refere aos princípios e valores éticos e à improbidade administrativa, julgue os itens subsecutivos.

- 35 O agente público que causar lesão ao patrimônio público por ação dolosa ou por conduta meramente culposa deverá ressarcir integralmente o dano.
- 36 O servidor público federal que deixar, indevidamente, de praticar ato de ofício, cometerá, segundo estabelece a Lei de Improbidade Administrativa, um ato de improbidade que atenta contra os princípios da administração pública.

Julgue os itens a seguir, acerca de noções de administração pública.

- 37 No orçamento participativo, a população deve decidir a destinação de todos os recursos orçamentários, exceto aqueles que se vinculem com gastos de pessoal, saúde, segurança e educação.
- 38 Uma organização pública que pretenda adotar a reengenharia de processos deve estar preparada para uma intervenção estratégica radical, com grandes mudanças em seus processos finalísticos e de apoio.
- 39 De acordo com os pressupostos da administração científica, o gestor público deve enfatizar as relações intergrupais e considerar o seu colaborador como um homem social.

A respeito de gestão de resultados na produção de serviços públicos, *balanced scorecard*, comunicação na gestão pública e na gestão de redes organizacionais, e noções de elaboração, análise, avaliação e gerenciamento de projetos, julgue os próximos itens.

- 40 Uma organização que pretende designar um gerente para projeto deverá selecioná-lo, necessariamente, entre os gestores da organização, em função da experiência pregressa na gerência funcional no âmbito organizacional.
- 41 Na gestão por resultados na produção de serviços públicos, os contratos de gestão são mais que um convênio e devem ter duração mínima de um ano.
- 42 Uma organização que utilize o *balanced scorecard* na forma originalmente proposta por seus criadores — Kaplan e Norton — deve seguir rigorosamente as perspectivas clássicas para obter sucesso em sua gestão estratégica.
- 43 Considere que um gestor público tenha transmitido uma ordem aos seus funcionários e não tenha recebido *feedback*. Nessa situação, não houve processo de comunicação, visto que o gestor não pôde avaliar o correto entendimento da orientação recebida.

Com relação à criação de carreiras e organização de cargos efetivos das autarquias especiais, denominadas agências reguladoras, e tendo como base a Lei n.º 10.871/2004 e suas alterações, julgue o item subsequente.

- 44 A depender do resultado da avaliação de desempenho ou da participação em programas de capacitação, o analista administrativo pode progredir funcionalmente em menos de um ano, conforme regulamentação específica da respectiva entidade.

A respeito da ANTT, julgue os itens a seguir com base na Lei n.º 10.233/2001.

- 45 Uma empresa privada detentora de outorga de concessão poderá transferir a titularidade dessa outorga, se obtiver autorização da agência reguladora que a concedeu.
- 46 Caso uma empresa privada pretenda oferecer prestação não regular de serviços de transporte terrestre coletivo de passageiros, ela necessitará de outorga de permissão do órgão competente.

No que se refere ao Regulamento da ANTT, julgue o item seguinte com base no Decreto n.º 4.130/2002.

- 47 Ato normativo de autoria da ANTT, com alcance particular, produzirá efeito tão logo seja publicado no Diário Oficial da União.

Acerca do regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos, previsto no art. 175 da Constituição Federal, julgue o item a seguir com base na Lei n.º 8.987/1995.

- 48 Caso decida permitir que parte de sua área seja explorada por particulares para funcionamento de um restaurante, a ANTT deverá observar as normas contidas na Lei n.º 8.987/1995.

No que diz respeito às normas para outorga e prorrogações das concessões e permissões de serviços públicos e com base na Lei n.º 9.074/1995, julgue os itens a seguir.

- 49 Se determinada operadora de turismo, no exercício de sua atividade, realizar transporte rodoviário de passageiros, ela não dependerá de concessão ou permissão.
- 50 Se determinada empresa privada pretender transportar carga por meio rodoviário, ela só poderá fazê-lo se lhe for concedida autorização.